

CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E ESCRITA DA HISTÓRIA COMO MILITÂNCIA POLÍTICA:

EDGAR RODRIGUES E O ANARQUISMO
DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Fabrizio Pinto Monteiro¹

Nos meios universitários do Brasil, como chamaram a atenção em princípios da década de 1980 Maria Celia Paoli, Éder Sader e Vera Telles, apenas com as grandes greves de 1978-1979 começaria a ser escrita a história das classes trabalhadoras do ponto de vista de sua composição por sujeitos ativos em suas vidas e lutas sociais². Até aquele momento, afirmavam os pesquisadores, predominavam análises nas quais os trabalhadores eram “vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulso própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar”³.

Aqui, entretanto, desejo dar destaque a escritores da história das classes trabalhadoras e das lutas sociais não ligados diretamente à academia, mas que utilizam a escrita da história – e, nela, a da construção de memórias – diretamente como prática de militância política. Inspira-me nesse sentido a afirmação do historiador romeno Georges Haupt de que, desde o século XIX, “são em parte os militantes que escrevem eles próprios a história de suas organizações: seja para lutar contra as calúnias divulgadas pelos publicistas escritores, ‘esses pequenos escribas pagos pela classe dirigente’”⁴. Jules-Louis Puech, entre os proudhonianos, Max Nettlau e James Guillaume, entre os bakuninistas, e Gustav Jaekkh, David Riazanov, Yuri Steklov e Franz Mehring, entre os marxistas, são exemplos citados por Haupt desses militantes historiadores⁵.

Talvez possamos considerar um movimento correlato – mas não idêntico – para o Brasil do século XX, elencando Octávio Brandão, Everardo Dias e Astrojildo Pereira, entre outros, os quais, ao discutirem desde a década de 1940 o tema geral da constituição da classe operária no país, relataram também suas próprias experiências como militantes políticos – no caso dos três, como partidários do anarquismo que posteriormente adeririam ao marxismo-leninismo e ajudariam na formação e expansão do Partido Comunista Brasileiro⁶. Ganhará foco em nossas discussões, entretanto, um militante que utilizará a escrita da história como parte de suas estratégias de ação política em nome do anarquismo: Edgar Rodrigues, que chegou a travar debate com alguns dos autores citados⁷.

Sem dúvida, Rodrigues é até hoje um dos anarquistas que mais se destacaram no Brasil pelo uso militante da escrita da história por meio de um trabalho que, para além de construir-se como uma prática política, também significou a construção de sua própria subjetividade como anarquista.

Escrita da história como prática política de Edgar Rodrigues

Ao emigrar de Portugal para o Brasil em 1951, Edgar Rodrigues – pseudônimo adotado por Antônio Francisco Correia – buscava um lugar para a construção de uma nova vida, fora do alcance da ditadura de Oliveira Salazar e de seu violento regime sustentado em discursos de uma unicidade portuguesa tradicional, católica, rural e nacionalista⁸. A partir da década de 1930, o dito “Estado Novo” salazarista realizou “um peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da guerra civil de Espanha e do triunfal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na Europa”⁹, onde, como em outros países, as perseguições às organizações sindicais independentes do Estado

(de caráter revolucionário ou não) eram recorrentes¹⁰. Entre os inúmeros sindicalistas presos no período estava também o pai de Edgar Rodrigues, Manoel Francisco Correia, acusado de “subversão”¹¹.

Apenas após chegar ao Brasil, antes que o país, em 1964, também caísse sob o jugo de mais um governo ditatorial, Rodrigues conseguiu realizar seus planos de publicar obras de denúncia contra o autocrata português: *Na inquisição de Salazar* (Editora Germinal, 1957), *A fome em Portugal* (*idem*, 1958) e *O retrato da ditadura portuguesa* (Editora Mundo Livre, 1962). Envolvido com anarquistas do Rio de Janeiro, cidade onde passa a residir com sua esposa Ondina, publicaria, já nos anos mais tensos do regime militar, sua primeira obra historiográfica (*Socialismo e sindicalismo no Brasil*¹²) acerca dos movimentos operários brasileiros, com um planejado caráter de síntese histórico-cronológica e sob um ponto de vista anarquista.

No início desse livro, Edgar Rodrigues anuncia explicitamente as motivações que o levaram a escrever sobre os trabalhadores do país: o “desejo de conhecer o movimento sindicalista, e a participação das várias escolas do socialismo nas lutas operárias que tiveram lugar no Brasil”¹³. Com esse objetivo em mente, continua Rodrigues, um problema surgido ameaçou-lhe a concretização de seu anseio: buscando obras que pudessem auxiliá-lo nesse desejo de conhecimento, ele deparara-se com uma imensa “carência de publicações, especialmente de livros que historiassem honestamente o fabuloso movimento operário e as correntes do socialismo que dele participaram, em grande parte conduzida por modestos e anônimos trabalhadores”¹⁴. Dessa forma, o papel que lhe caberia seria o de colocar em escrito essa história, preenchendo, assim, tal lacuna.

Destaco que a escrita da história de Edgar Rodrigues em *Socialismo e sindicalismo no Brasil* e suas continuações, surgida inicialmente para suprir a “carência de publicações”, constrói-se em meio a conflituosas relações sociais vividas pelo autor por todo o longo processo de confecção do conjunto de sua obra. A todo momento, sucessivas intercorrências demandaram novas respostas de Rodrigues, concretizadas em alterações de forma, conteúdos, estratégias de divulgação de suas pesquisas, as quais, aos poucos, foram moldando sua obra e também a si mesmo, como escritor e militante anarquista na construção de sua subjetividade política.

Em 1960, o anarquista inicia a colaboração com o jornal *Voluntad*, de Montevideu, cujos editores solicitam-lhe informações a respeito das lutas sociais no Brasil. A série de artigos enviada, intitulada *A questão social no Brasil: Subsídios para a história do movimento operário*, seria a base de seus livros posteriores: *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, *Nacionalismo & cultura social* e *Novos rumos*¹⁵.

Em 1968, após tentativas frustradas de acordo com o editor J. Orzon e também com a Civilização Brasileira para a publicação de seu projeto, o autor conseguiria um contrato com a Editora Laemmert por intermédio de um conhecido, o cientista político Moniz Bandeira¹⁶. Mais tarde, a editora sofreria vigilância cerrada do governo militar devido ao fato de muitos de seus colaboradores serem trotskistas; o próprio Bandeira, militante do então ilegal Partido Socialista Brasileiro, também seria preso¹⁷.

Apesar de poder contar com o apoio e o investimento de uma editora, examinando-se os dois volumes publicados podemos perceber que o plano original de Edgar Rodrigues não pôde ser cumprido¹⁸. Da proposta inicial de uma grande obra que problematizasse *A questão social no Brasil* – primeiro título pensado – os riscos políticos do momento levaram o anarquista a dar um título diferente a cada volume e a fazer alterações de capítulos e textos que, lamenta-se mais tarde o autor, “reduziram a grandeza do movimento operário e anarquista no período alcançado no primeiro volume”, rebatizado *Socialismo e sindicalismo no Brasil* e lançado em 1969¹⁹.

As vendas alcançaram cifras muito baixas, o que o autor atribuiu ao medo dos leitores e até das livrarias em adquirir e comercializar o livro. Mesmo assim, o segundo volume foi logo preparado por Rodrigues e enviado à editora²⁰. No projeto original, a problematização geral da segunda e da terceira partes da obra deveria seguir a nova proposta da primeira, intitulando-se *Socialismo e sindicalismo no Brasil 2 e 3*²¹; em seu lugar, ao cabo de mais três anos, em 1972, concretizou-se a publicação do volume seguinte sob o título de *Nacionalismo & cultura social*, abrangendo o período entre 1913 e 1922. Nele percebe-se o abandono do destaque da organização combativa e sindical dos trabalhadores para privilegiar a “cultura social”. Em sua apresentação, escreve Rodrigues:

Nossa contribuição não submete ao leitor apenas o exame dos movimentos grevistas (o direito de não trabalhar), de protestos e de reivindicações sociais, recursos de que lançará mão centenas de vezes o proletariado, até 1922, para se fazer respeitar e assegurar as mínimas conquistas que o patronato burlava constantemente, mas também as suas preocupações com o ensino e a cultura para si e para os seus filhos²².

Escolas de alfabetização, grupos de teatro amador, centros culturais, publicações de jornais, a organização da Universidade Popular são exemplos dessas práticas anunciadas e discutidas pelo autor ao longo do texto. Podemos questionar: tratar-se-ia apenas de uma mudança temática escolhida pelo autor para abarcar tópicos dos movimentos operários não discutidos no livro an-

terior? Ou um deslocamento de objetos de análise naturalmente provocados pela transformação das experiências dos trabalhadores nos diferentes períodos selecionados para cada obra? Esta última possibilidade não se mostra provável, pois o recorte cronológico do segundo trabalho de Rodrigues – 1913 a 1922 – mostrar-se-ia talvez tão ou mais favorável quanto o primeiro – 1675 a 1912 – para a discussão a respeito do “socialismo e sindicalismo no Brasil” segundo um viés anarquista, devido ainda à grande força das propostas ácratas no meio sindical, especialmente em São Paulo e também no Rio de Janeiro²³.

O Centro de Estudos Professor José Oiticica

Em outubro de 1969, mesmo ano de lançamento de *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, a sede do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), entidade registrada em 1958 no Rio de Janeiro por Edgar Rodrigues, Ideal Peres, Atayde da Silva Dias (Raul Vital), entre outros, foi arrombada por soldados da Aeronáutica²⁴. Vários objetos, livros e documentos foram confiscados ou destruídos e mais de trinta pessoas – entre diretores e frequentadores – foram acusados de crime contra a segurança nacional (segundo o Decreto-lei 314, de 13.3.67). Dezesesseis entre eles foram processados e Ideal Peres chegou a ser preso e sofrer tortura psicológica²⁵.

O Centro de Estudos atuava fundamentalmente nos campos cultural e educacional, oferecendo conferências, palestras e cursos de caráter humanista e científico a um público aberto, não especificamente anarquista (seus eventos eram anunciados em jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro, como *O Diário de Notícias*). Seus temas extrapolavam o anarquismo, abrangendo cursos de psicologia e psicanálise, crítica literária, educação, arte e sociologia²⁶.

A estratégia de ação política voltada para a propaganda e para as práticas culturais desses militantes do Rio de Janeiro das décadas de 1950 e 1960 tornara-se uma opção de intervenção social central (embora não exclusiva) entre anarquistas do Brasil, em contraste com sua forte atuação nos sindicatos operários entre fins do século XIX e a década de 1930²⁷.

Entretanto, embora o CEPJO não se restringisse a frequentadores e apoiadores anarquistas ou se colocasse oficialmente como tal – em seu Estatuto de fundação, de 1958, sua finalidade declarada era a de “despertar e estimular o sentimento de elevação da personalidade, e elevando-a à prática da verdadeira solidariedade humana, para a paz e bem-estar universais” –, não escondia seu apoio a outras organizações anarquistas, como o Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Centro Internacional de Pesquisas sobre Anarquismo no Brasil²⁸. E foi em razão dessas ligações com organizações consideradas como verdadeiramente “perigosas” pelo governo militar, em fins da década de 1960,

como o MEL, que os aparentemente menos “subversivos” eventos do CEPJO começaram a ser vigiados de perto. No relato de Edgar Rodrigues:

Por diversas vezes, no decorrer dos cursos e palestras realizadas semanalmente no Centro de Estudos Prof. José Oiticica, apareceram pessoas estranhas aos meios culturais. Algumas delas, valendo-se da liberdade dos debates, da praxe libertária, no final de cada conferência e/ou aula formulavam perguntas destoantes dos assuntos em pauta, deixando antever que ali haviam ido para provocar respostas capazes de comprometer a entidade. Sem sucesso, afastavam-se, para retornar tempos depois²⁹.

Os documentos do inquérito e da auditoria levados adiante pela Aeronáutica contra os diretores e frequentadores do Centro de Estudos³⁰ revelam que as propostas anarquistas em si – defendidas se não oficialmente pelo CEPJO como instituição, *de facto* o eram por seus integrantes – foram utilizadas pelos militares como justificativa suficiente para o enquadramento dos envolvidos na Lei de Segurança Nacional³¹. O livro de Edgar Leuenroth, *Anarquismo: Roteiro de libertação social*, publicado pela Editora Mundo Livre – mantida pelo próprio CEPJO – e apreendido durante a invasão da sede do Centro, foi utilizado para demonstrar que “a implantação do regime em apreço [o anarquismo] implica na desobediência às Leis, desconhecimento das Autoridades e na queda do Estado”, sendo assim “legítimo”, do ponto de vista da justiça militar do momento, o processo dos acusados³².

Como foi mencionado, a maior preocupação dos militares da Aeronáutica em relação aos anarquistas cariocas não eram, em si, as palestras, cursos e conferências realizados no Centro de Estudos, mas as ligações de seus diretores e frequentadores com “ameaças” mais potencialmente imediatas, como o Movimento Estudantil Libertário. O MEL foi tido como “ala ou departamento estudantil do CEPJO”³³, o qual, nas palavras do inquérito, durante as agitações estudantis de princípios de 1968,

Formou-se no Centro uma atividade que pelos seus feitos posteriores podemos chamá-la de subversiva. Essa atividade, que recebeu a sigla MEL (Movimento Estudantil Libertário), baseada na filosofia Anarquista divulgada pelo Centro, cooperou sobremaneira com a agitação da época fazendo distribuição de panfletos dentre os quais citamos “*Olho por olho, dente por dente*”, redigido e impresso no próprio Centro³⁴.

O panfleto em questão teria sido distribuído por militantes do MEL entre fevereiro e março de 1968, “por ocasião dos distúrbios que culminaram

com a morte do estudante *Edison Luiz* [sic.] e o fechamento do Restaurante do Calabouço” – na versão oficial, seriam os próprios estudantes, ao realizarem tais “distúrbios”, os responsáveis pela morte de Edson Luiz³⁵. Entre os trechos destacados pelo procurador estão incitações à resistência social ao regime ditatorial, ante a negação de qualquer negociação por parte deste:

Quando as hordas assassinas, êmulas dos campos de concentração nazistas se desencadeiam irracionalmente? Quando atingem o ponto em que qualquer diálogo é impossível, pela insanidade periculosa de uma alcateia, só resta aos estudantes e aos homens com um mínimo de dignidade enviar em defesa da própria existência com a política de “olho por olho, dente por dente”. [...] Conclamamos ao povo a que expulsem estes vagabundos que como estrume pardo se espalha pelas ruas. [...] Infeliz o país que tenta resolver os problemas do ensino a custa do cacete [sic] e da bala³⁶.

No dia primeiro de outubro, três estudantes que frequentavam o CEPJO foram presos e forneceram os nomes de outras pessoas que também compareciam às atividades do Centro. No dia oito, os membros do MEL Eliza, Roberto e Antônio, juntamente com seu pai, foram presos. Antônio seria torturado com choques elétricos. Foram presos ainda outros integrantes do Movimento Estudantil Libertário, Mário Rogério Pinto, Maria Arminda Silva, Carlos Alberto da Silva e Rui Silva, os dois últimos também torturados e espancados³⁷.

Dessa forma, as acusações mais graves feitas aos membros processados do Centro de Estudos Professor José Oiticica foram justamente as de apoiar mais ativamente o MEL e de serem coautores de *Olho por olho, dente por dente*³⁸. Esse foi o caso de Ideal Peres, primeiro secretário do CEPJO, preso na sede do DOI-Codi e incomunicável por um mês devido à suposta ajuda na redação e distribuição do panfleto³⁹. Assim como todos os demais acusados no processo, em 1972 Ideal Peres foi absolvido por falta de provas, mas perderia seu emprego como médico no Hospital Central do Exército⁴⁰.

Na ocasião da invasão do Centro de Estudos, *Socialismo e sindicalismo no Brasil* ainda estava em fase de prova na editora – que inicialmente não soube do processo contra Edgar Rodrigues – e o autor ainda teve tempo de modificar, novamente, títulos de capítulos e trechos de seus conteúdos “afim de quando chegasse às livrarias não assustasse livreiros e policiais que faziam a fiscalização dos títulos”⁴¹. O original do segundo volume, renomeado para *Nacionalismo & cultura social*, foi apreendido pelos militares ao darem busca por documentos na casa de Ideal Peres, então detido (Peres havia pedido o livro a Rodrigues anteriormente para lê-lo antes da publicação). Edgar Rodrigues, trabalhador da construção civil, só conseguiria reavê-lo após a promessa de favores a um

tenente, interessado no azulejamento de um banheiro em troca da devolução de alguns dos documentos confiscados⁴². No fim, conseguiu reaver seu original após o pagamento de Cr\$ 700,00 ao militar⁴³.

Quase perdido, *Nacionalismo & cultura social* também teve modificado seu texto; todas as ilustrações foram retiradas e a capa foi preparada para ser discreta, sem “alegorias chamativas” (um fundo azul com algumas formas geométricas sem significados aparentes). O próprio título só foi dado posteriormente aos eventos ligados a sua apreensão⁴⁴. A editora Laemmert, como foi dito, seria alvo de vigilância do governo militar e teria de quebrar o acordo feito com Rodrigues sobre a publicação do terceiro livro⁴⁵.

Mesmo os acontecimentos envolvendo a invasão do Centro de Estudos Professor José Oiticica, fato não surpreendente para um momento de censura e repressão, tiveram de esperar por quase uma década após o fim da ditadura militar para serem expostos por Edgar Rodrigues em *O anarquismo no banco dos réus*, só publicado em 1993⁴⁶.

Esquecimento como possibilidade de aniquilação social, esquecimento como conflito de memórias

Apoiado nos aspectos teóricos e metodológicos de seus primeiros trabalhos sobre a história dos movimentos operários brasileiros, Edgar Rodrigues explicita o objetivo político e moral de revelar, por meio de sua escrita, a “verdade” dos “acontecimentos”⁴⁷. Seus livros privilegiam a descrição detalhada e a reprodução literal, e por vezes exaustiva, de documentos. Atas completas de reuniões, artigos integrais de jornais, listas de dezenas de nomes de trabalhadores participantes de encontros libertários, fotografias dos locais onde aconteceu algum evento importante, ou mesmo fotografias de documentos escritos (jornais, cartas), compõem o corpo principal de seus textos.

Podemos entender esse anseio pela “verdade” histórica por meio da reprodução documental simplesmente como “ingenuidade” de um historiador autodidata, não profissional? A meu ver, não se trata apenas de um fator teórico ou acadêmico; considerá-lo assim seria deixar de lado relações importantes vividas por esse anarquista, que fez da escrita da história uma estratégia de militância política e, como tal, constrói-se em suas formas específicas como tentativa de resposta a problematizações experimentadas socialmente.

Recordando-se da infância e da adolescência em Portugal (década de 1930), o anarquista destaca em suas memórias as perseguições de Oliveira Salazar aos sindicalistas e sua necessidade de ajudar o pai, sindicalista anarquista, na manutenção clandestina de documentos e objetos do Sindicato da Construção Civil de Matosinhos, município onde residia. Esses eventos

teriam lhe despertado o desejo de arquivar e tornar públicos os registros de experiências censurados, silenciados e condenados politicamente ao esquecimento; esquecimento entendido por Edgar Rodrigues em um duplo sentido: como já criado pela deturpação desonesta da memória sobre o passado feita até mesmo por ex-companheiros, e a resultante da tentativa direta de *aniquilação* do anarquismo pelo Estado:

Por essa época eu já fazia muitas anotações, sem ordem, pouca lógica, muita ingenuidade, e escondia juntamente com panfletos e publicações clandestinas que conseguia adquirir. Mas foi a obrigação de ir na sede da Pide [Polícia Internacional e de Defesa do Estado] levar roupa lavada a meu pai, após sua saída da incomunicabilidade, e a passagem de alguns bilhetes com informações que firmei minha convicção de um dia escrever e divulgar em livro os crimes da ditadura. Juntei muitos papéis com anotações, copiei livros a caneta nas longas noites de inverno europeu. [...] Exercitei habilidade de esconder e preservar tudo que falava de ideias e combatia a ditadura, defendendo-as. E foi na *Escola da Ditadura*, durante 20 anos – tenho que confessar – que aprendi amargas lições de defesa pessoal e política que, já no Brasil, me foram úteis⁴⁸.

Fugindo em 1951 para o Brasil, Rodrigues encontraria um país também há pouco saído de períodos autoritários e ditatoriais que também em muito contribuíram para o declínio, o desmantelamento e a construção do esquecimento do anarquismo e que logo, em 1964, acabaria por iniciar outro ciclo de censuras, prisões e perseguições aos companheiros restantes.

Assim, mais do que guiado por valores aparentemente cientificistas e “positivistas”, o ideal de busca pela “verdade” na escrita da história coloca-se para o anarquista como um projeto de prática política a ser realizado (não discuto aqui sua possibilidade real de realização) em um momento vívido de riscos de esquecimento e aniquilação das propostas e experiências anarquistas.

Compreende-se a memória como diferentes possibilidades de relações entre temporalidades distintas construídas socialmente pelos indivíduos; relações partidas de seu presente, estabelecidas em prospecção do passado e projetadas rumo a um futuro desejado ou esperado⁴⁹. Entretanto, essas relações não ocorrem necessariamente traçando trajetos lineares cronologicamente ou sobre bases racionais e conscientes; dado seu intenso caráter subjetivo⁵⁰, mesmo que tecidas coletivamente, carecem de serem consideradas em suas especificidades como construções práticas de indivíduos em suas vidas sociais.

Há uma forte conotação política ao considerarmos, junto a Paul Ricoeur, como a memória e o esquecimento são criações ativas dos sujeitos na sociedade,

uma vez que “suas estratégias, e em certas condições, sua cultura digna de uma verdadeira *ars oblivionis* fazem com que não seja possível classificar, simplesmente, o esquecimento por apagamento de rastros entre as disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afetam sua confiabilidade”⁵¹. Ou, nas palavras de Jacy Alves de Seixas, “trata-se de um esquecimento em grande medida ‘administrado’, gerido politicamente, e que se vale de mecanismos conscientes e inconscientes para se repor e perpetuar”⁵².

Dessa forma, as múltiplas possibilidades de relações entre o esquecimento e a memória estão repletas de ambivalências e sujeitas a conflitos e constantes transformações, já que são fruto de problematizações – mais uma vez, nem sempre racionais e puramente conscientes – dos indivíduos sobre suas próprias vidas; dado, também e por consequência, seu caráter *político*.

Foi mencionada a grande frustração de Edgar Rodrigues nos anos 1960 ao deparar-se com a ausência de documentação e de registros das experiências anarquistas no Brasil. Os motivos apontados pelo autor para isso são claros: dificuldades encontradas por militantes do passado para montar e manter arquivos, descuidos com a conservação de documentos, muitos dos quais censurados ou destruídos por autoridades de vários governos, além de um grande número de publicações alinhadas aos sindicatos corporativistas, a partir de princípios da década de 1930, que “procuravam pular por cima ou deixar no esquecimento o trabalho dos anônimos, dos trabalhadores, e mesmo dos intelectuais valorosos, que deram a sua melhor colaboração à causa operária, às lutas sociais”⁵³. Há, entretanto, relações mais sutis construídas por Rodrigues com o esquecimento em suas primeiras obras de escrita da história sobre o anarquismo no Brasil do que um aparente desejo de “resgate” da memória por meio da coleta de informações até então de difícil acesso.

Recordando-se, já na primeira década de 2000, de sua vida militante, o anarquista chama a atenção para um objetivo específico entre várias motivações para a escrita de seu livro de 1969: “*Socialismo e sindicalismo no Brasil* denuncia e combate a lei do deputado paulista Adolfo Gordo, várias vezes refeita para expulsar trabalhadores”⁵⁴.

Por que Rodrigues desejaria fazer a “denúncia” de uma lei de expulsão de estrangeiros – considerados então “ameaça à segurança nacional” – sancionada sessenta e dois anos antes (em 1907, durante o governo Afonso Pena) e que já não tinha validade em sua época? E como “combatê-la” por meio da escrita da história? Mais ainda, por que, entre tantos outros temas tratados em *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, ele destaca em 2007 este como algo importante a ser observado em seu livro?

Edgar Rodrigues tece relações múltiplas na década de 1960 entre sua contemporaneidade e o passado para a formação de memórias por meio de

problematizações que lhe são importantes em sua própria época. Nesse caso, há claramente um primeiro objetivo direto em fazer lembrar o que era a Lei Adolfo Gordo – objetivo cumprido mediante a aplicação da metodologia característica do autor, de reprodução integral da documentação⁵⁵. Ao mesmo tempo, para além de simplesmente “retirar do esquecimento” a existência dessa lei, o autor detém-se também nas formas de oposição dos anarquistas à sua aplicação, como a criação de uma “comissão federal que passou a desenvolver a campanha de agitação contra toda a expulsão de operários estrangeiros, através de manifestos, boletins, etiquetas e comícios”⁵⁶. A meu ver, trata-se de uma escolha temática, fruto de uma problematização que possivelmente poderia incitar seus contemporâneos à ação, conforme discutiremos melhor logo adiante ao nos determos sobre a obra seguinte de Rodrigues, *Nacionalismo & cultura social*.

Qual era o teor dessa lei, que assumiria importância tão grande nas memórias anarquistas? Proposta pelo deputado federal, e depois senador, o paulista Adolfo Afonso da Silva Gordo, a Lei 1.641 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Afonso Pena em 7 de janeiro de 1907. De forma geral, regulamentava, por meio de uma legislação única para o país, a expulsão de estrangeiros tidos como perigosos à “segurança nacional” ou à “tranquilidade pública”, incluindo aí “criminosos comuns e acusados de vagabundagem e mendicância”⁵⁷.

Mais importantes para nós, porém, que seu breve e sucinto texto são as relações políticas em que essa lei foi elaborada. Impossível desconsiderar, por exemplo, como nos chama a atenção Alexandre Samis, que sua proposição e implantação verificaram-se no ano seguinte ao primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906⁵⁸. Além de estabelecer as principais diretrizes para a luta operária nacional, esse congresso fez amadurecer as propostas do que seria a Confederação Operária Brasileira (COB) – primeira confederação do Brasil, de orientação revolucionária⁵⁹.

Apesar de a sua regulamentação datar de 1907, isso não significa que governos anteriores não houvessem lançado mão da deportação de estrangeiros considerados indesejados e nocivos à “ordem” pública brasileira. Como foi bem enfatizado pelo próprio deputado Adolfo Gordo em discurso à Câmara dos Deputados em dezembro de 1912, desde 1892 o Supremo Tribunal Federal emitia pareceres favoráveis à expulsão dessas pessoas⁶⁰. Também Edgar Rodrigues registra, sustentando-se em uma edição de 24 de maio de 1902 do jornal *O amigo do povo*, a expulsão de um anarquista italiano em 1893, devido à sua posição de diretor do periódico *Gli Schiavi Bianchi*⁶¹. De fato, um decreto de Floriano Peixoto (Decreto presidencial 1.566, de 13 de outubro de 1893) buscou regulamentar “a entrada de estrangeiros ao território nacional e sua

expulsão durante o estado de sítio”, mas essa lei foi revogada dois meses depois como resultado das fortes críticas dos opositores do presidente⁶².

Como muito bem salienta o historiador Rogério Bonfá, não podemos encarar a formulação de tais leis repressivas como parte de um processo consensual e isento de turbulências por parte das classes governamentais e patronais⁶³. As leis de 1893 e as iniciativas posteriores de regulamentação da expulsão de estrangeiros – em 1902, 1907 e 1921 – foram marcadas por constantes conflitos entre os integrantes dos poderes Judiciário e Executivo. Neste último, verificava-se uma tendência geral ao longo do tempo em querer a criação de legislação que tornasse mais ágil e eficiente a expulsão dos indivíduos “indesejáveis”. No Judiciário, a preocupação “com sua função de organizar a sociedade por meio do respeito às leis e do ordenamento jurídico” acabava muitas vezes por, de uma forma ou de outra, criar empecilhos às deportações, especialmente por meio da concessão de *habeas corpus* aos acusados⁶⁴.

A necessidade de uma regulamentação nacional e de uma aplicabilidade mais eficiente das medidas de expulsão por parte das classes governamentais surge novamente e com maior força a partir da crescente organização do operariado em fins do século XIX e, principalmente, no princípio do século XX, embora ainda não sem desentendimentos entre os próprios membros do legislativo nacional. Em 1902, o deputado José Joaquim Medeiros e Albuquerque, utilizando as palavras de Bonfá, para “evitar novos desentendimentos entre os poderes Executivo e Judiciário na questão das expulsões de imigrantes”, propusera um projeto de lei sobre o tema. Seus argumentos justificativos giravam em torno da defesa da “soberania nacional” ante a ampliação da “propaganda subversiva do anarquismo”, exemplo de “fezes sociais” despejadas pela Europa em outros territórios, como o Brasil⁶⁵.

O Congresso Operário Brasileiro de 1906 impulsionaria ações de mobilização e protesto em vários pontos do país, como a primeira greve geral pelas oito horas de trabalho – iniciada em São Paulo no Primeiro de Maio do ano seguinte e acompanhada em outras cidades, entre as quais o Rio de Janeiro –, que completaria mais de um mês de duração na capital paulista. Até 1912 seriam formados outros sindicatos, ligas e uniões de trabalhadores de diversas categorias com a deflagração de novas greves⁶⁶. Nesse ano trabalhadores de tecelagem, construção civil, gráficos e sapateiros pararam de trabalhar, acompanhados por operários do Rio de Janeiro, em reivindicação do direito de uma hora para o almoço (até então restrito a 40 minutos). Manuel Gonçalves, Primitivo Lopes, Florentino de Carvalho, Miguel Garrido e José Vieiras foram condenados à expulsão sob acusação de comandar a greve dos trabalhadores do porto de Santos, iniciada em julho de 1912⁶⁷.

É importante salientar uma característica da construção de memórias de Edgar Rodrigues (e certamente de outros militantes) sobre as leis de expulsão: motivadas por suas próprias problematizações e anseios políticos presentes, não há a consideração, na memória criada pelo pesquisador, sobre as formas ambivalentes de uso social da legislação, inclusive aí de alguma forma favoráveis aos anarquistas. Se, por um lado, a Lei Adolfo Gordo de 1907 fornecia ao governo instrumentos legais de maior repressão aos anarquistas, socialistas e demais opositores, por outro, a regulamentação da prática da expulsão permitia recursos antes impossíveis quando havia apenas a sua execução pelas autoridades policiais, como a requisição judiciária de *habeas corpus* para o acusado preso.

Como foi mencionado, a Lei Adolfo Gordo (assim como as propostas anteriores da legislação repressora de 1902 e as subseqüentes à lei de 1907) era justificada em necessidade e rigor por seu criador e apoiadores como uma medida de interesse “nacional”, a qual corresponderia apenas às necessidades básicas existenciais da própria nação⁶⁸. Sob esse pretexto, seu objetivo era *eliminar, aniquilar*, as propostas anarquistas no Brasil por meio da deportação das pessoas tidas como seus principais articuladores, fossem elas propagandistas, oradores, jornalistas ou sindicalistas – italianos, espanhóis e portugueses, naquele momento em número considerável. Um sentimento nacionalista correlato (talvez para Edgar Rodrigues, o *mesmo* sentimento) manteve para nosso autor viva e real a ameaça do desaparecimento social do anarquismo em sua contemporaneidade.

A partir daqui talvez possamos entender melhor como Edgar Rodrigues pretendia, por meio de seus livros, “combater” uma lei elaborada havia mais de meio século e cuja validade legal já não se fazia sentir. Entre inúmeras outras formas e meios sociais de sustentação do sentimento a que nos referimos, entendido pelo anarquista como “nacionalista” (que não se aparta de propostas políticas específicas, defendidas por determinados grupos e indivíduos na sociedade), estão obras historiográficas escritas e publicadas ao longo dos anos 1930, 1940 e 1950, que procuravam construir, por intermédio de memórias específicas, formas renovadas de esquecimento da experiência anarquista entre os movimentos operários no país. Obras, para Edgar Rodrigues, assentadas sobre um

[...] nacionalismo conservador, defendido por uns poucos detentores da riqueza política involucionista. Em defesa destes últimos aprovavam-se projetos de lei para regularizar aquilo que as autoridades se antecipavam em fazer: expulsar, deportar e prender os “agitadores estrangeiros e seus cúmplices nacionais”, que defendiam ideias “exóticas”.⁶⁹

Assim, para além de um tema de pesquisa cujas tramas localizam-se no passado, vemos Rodrigues problematizar seu próprio presente: as censuras, as prisões e os processos sofridos também em nome do nacionalismo, da defesa dos “interesses nacionais” do regime militar. Não parece fortuita a escolha do autor ao alterar explicitamente a problemática, e com ela o título, do segundo volume de sua obra após o endurecimento do controle e da violência governamental, alteração pela qual de uma continuação do volume inicial – possivelmente *Socialismo e sindicalismo no Brasil 2* – passou-se a um livro de discussão um pouco mais independente e muito mais urgente: *Nacionalismo & cultura social*⁷⁰.

É possível compreendermos ainda uma segunda relação estabelecida por Edgar Rodrigues com o problema da memória e esquecimento, sendo este agora construído não por medidas repressivas de governos, como expulsões e perseguições a militantes, destruição e censura de documentos, prisões e desmantelamento de organizações anarquistas; mas como um confronto de memórias e com outras escritas da história, tidas por Rodrigues como “desonestas” ante a experiência anarquista no Brasil. As obras de Everardo Dias (*História das lutas sociais no Brasil*) e, principalmente, de Astrojildo Pereira (destacando-se *A formação do PCB*) são os principais focos desse debate levantado por Edgar Rodrigues⁷¹.

Everardo Dias escreveu seu livro em maio de 1961, momento em que o PCB, apesar de ilegal, dispunha de uma relativa tolerância das autoridades estatais em relação à sua atuação entre os trabalhadores. Seu livro voltava-se explicitamente para os companheiros comunistas e também para os socialistas do PSB, incitando-os a “encarar os grandes problemas nacionais” e, “juntamente com as Organizações Operárias”, lutarem democraticamente no Brasil por “uma ordem fecunda em que o trabalho seja a primeira e única hierarquia, e o respeito à personalidade moral do indivíduo, o princípio de toda conduta”⁷².

O fato de Dias e Pereira serem ex-militantes anarquistas, tendo posteriormente aderido às propostas marxistas-leninistas e militado no PCB, é fundamental para a compreensão da problemática levantada por Rodrigues, que leva a questão de um simples embate político para um problema subjetivo e moral. Dessa forma, afirma sobre Astrojildo Pereira:

Em dois livros, *Crítica impura e Formação do PCB*, alinha contra seus ex-companheiros de lutas críticas ácidas, que nada servem ou concorrem para o esclarecimento honesto da verdade histórica. Astrojildo Pereira poderia se desejar escrever valioso trabalho para a história das lutas sociais onde militou desde 1907⁷³.

Formado pela reunião de artigos escritos pelo militante leninista e publicados em diversos jornais em seus curtos períodos de legalidade nas déca-

das de 1940 e 1960, é fundamental chamar a atenção para uma das motivações explícitas de Pereira ao compilar seus textos, em 1962, em livro para um esboço de uma história da “*Formação do PCB*”:

A documentação existente [para uma história do Partido] se encontra dispersa, exigindo prévio arrolamento e classificação, sem o que será sempre precário o trabalho dos historiadores. Nem nos esqueçamos de que o PCB, em quarenta anos de vida, passou pelo menos trinta e cinco na ilegalidade, e que uma das regras mais elementares da vida ilegal consiste precisamente em reduzir ao mínimo certos documentos. Acreditamos de tal sorte que o melhor que se pode fazer desde já, como contribuição útil, necessária e relativamente fácil, é a elaboração de monografias sobre determinados períodos da vida do Partido (e bem assim sobre o movimento sindical e outros movimentos de massa), coletâneas de documentos, depoimentos pessoais, memórias, reportagens etc. Contribuição igualmente possível será a de publicação de ensaios parciais ou gerais sobre a história do Partido, tentativas provisórias de interpretação e de síntese. A história propriamente dita virá a seu tempo, como construção científica resultante da reelaboração de todos esses trabalhos prévios⁷⁴.

De forma correlata a Edgar Rodrigues, Astrojildo Pereira, que escreve no mesmo momento e com preocupações políticas correlatas às mencionadas para Everardo Dias, também se preocupa com os registros documentais e a publicação de uma história das experiências e propostas políticas nas quais milita. Assim como em relação ao anarquismo, a repressão e censura dos governos brasileiros – utilizando as mesmas medidas de expulsão, enquadramento em leis de defesa da “soberania nacional”, envio de presos ao campo de Clevelândia do Norte etc.⁷⁵ – fez-se forte contra os militantes marxistas e, portanto, a preocupação com a memória e os registros historiográficos também foi problematizada como uma questão premente. Pereira propunha-se, com seu livro, a estimular militantes posteriores para a reunião e a publicação de escritos sobre esse passado, ao que parece mais ou menos assumido como construção de memórias, uma vez que “a história propriamente dita” seria escrita posteriormente, de forma talvez mais “científica” pelos historiadores.

De fato, é inegável a importância assumida pelos escritos de Pereira, em especial *A formação do PCB*, para a construção de memórias e para a historiografia dos movimentos operários e do próprio Partido Comunista⁷⁶.

Apesar da grande influência, a memória construída por Pereira estava longe de ser objeto de consenso, mesmo entre seus companheiros de PCB, como Octávio Brandão, para quem o livro não tinha “espírito combativo”,

parecendo um “documento academicista”⁷⁷. No caso de Brandão, mais do que simples divergência teórica ou acadêmica, poder-se-iam discutir os conflitos de propostas políticas mesmo entre os comunistas do partido como motivadores da crítica à escrita da história.

Segundo suas problemáticas, Edgar Rodrigues propõe-se, em seu próprio livro, a “completar” e em parte “redimir” a “negligência” do tratamento dado por Pereira à “heroica luta do proletariado no Brasil” n’A *formação do PCB*⁷⁸. Em *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, cronologicamente limitado entre 1675 e 1913, o anarquista procura construir uma memória diversa sobre os eventos antes abordados por Astrojildo Pereira em seus textos concernentes aos movimentos operários; a crítica analítica direta sobre o livro e sua escrita da história é feita apenas em *Nacionalismo & cultura social*.

Quais seriam as construções de memória sobre os movimentos operários de Astrojildo Pereira que politicamente incomodaram tanto Rodrigues? O autor cita um extenso trecho do livro de Pereira sobre a recepção dos anarquistas brasileiros às notícias da Revolução Russa em folhetos e jornais que pode nos ser útil na resposta a essa pergunta:

É certo que em muitas dessas publicações havia a suposição (e diga-se, a bem da verdade, Astrojildo Pereira era um dos que também supunha) de que se tratava de uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho ao anarquismo; mas isso resultava simplesmente da completa ignorância, reinante em nosso meio, acerca do Partido de Lenine e Stalin e da posição real e consequentemente revolucionária que o mesmo sustentava durante anos, nos quadros da 2ª Internacional. O que se sabia desta última, era que se tornara um reduto do mais poderoso oportunismo reformista, como a guerra, aliás, viera confirmar de maneira definitiva. E o que se sabia e se compreendia da Revolução Russa era que se tratava efetivamente de uma “revolução proletária”. Postas as coisas nestes termos, tudo o mais vinha a ser secundário – e foi justamente essa consideração que serviu para esclarecer os melhores elementos do anarcossindicalismo brasileiro e levá-los ao rompimento com os dogmas e preconceitos do anarquismo e à plena aceitação de princípios da ditadura do proletariado e das 21 condições de adesão estabelecias pela 3ª Internacional⁷⁹.

Edgar Rodrigues concorda com a afirmação sobre o entusiasmo dos anarquistas brasileiros com as primeiras notícias vindas da Rússia a partir de 1917, mas dá outra versão das consequências dessas informações entre os militantes ácratas:

Naquele instante, parecia-lhes que era chegado o fim dessa luta de qua-

se 20 anos, que a vitória estava à vista; que a emancipação social já era um fato. Todavia, os rumos do governo de Lenine foram esfriando uns e decepcionando outros, reduzindo sensivelmente o entusiasmo inicial e, em 1921, chegou definitivamente às suas verdadeiras proporções. Os anarquistas e anarcossindicalistas convictos, seguiam seu rumo, e os partidários do regime soviético, sem uma diretriz certa, colaboravam, já sem maiores vínculos, no movimento social e na imprensa anarquista⁸⁰.

Percebe-se a clara disputa pela construção de memórias acerca das relações entre os acontecimentos da Revolução Russa, o leninismo e os anarquistas brasileiros, quando Astrojildo Pereira e Edgar Rodrigues esforçam-se em afirmar que os “melhores” ou “mais convictos” anarquistas ficaram ao lado de suas respectivas propostas políticas naquele momento. O escrito de Pereira é mais declaradamente uma narrativa fora de um campo histórico tido como “científico”, mas, como foi mencionado, sua elaboração de memória é rapidamente utilizada como “matéria-prima” por historiadores para escritas da história que em grande parte dariam, de forma mais ou menos consciente, sustentação social às propostas políticas relacionadas a essa mesma construção de memória.

Pela afirmação de Astrojildo Pereira pode-se concluir implicitamente o fim do sindicalismo anarquista no Brasil, uma vez que seus “melhores elementos” abandonaram-no para, com o próprio Astrojildo, fundar o Partido Comunista do Brasil sob os auspícios da Comintern. Para Edgar Rodrigues, cujas obras já reivindicavam para si um *status* tido como mais “confiável” de “história”, pois sustentado em “investigações testadas nas fontes, de verdades provadas cientificamente”⁸¹, o movimento anarquista sindical seria pouco afetado, uma vez que os anarquistas convictos – supõem-se os mais engajados e influentes – “seguiram seu rumo”.

O grande incômodo de Rodrigues com a memória de Astrojildo Pereira, e também de Everardo Dias, parece ser a construção de uma escrita da história sobre a experiência operária cujo ponto de partida (em uma relação no sentido do presente para o passado) e de chegada (na concomitante relação do passado para o presente dos escritores) sustenta-se no paradigma do Partido, essa “genuína representação política da classe operária”, essa “necessidade histórica inelutável”⁸².

Pereira, por exemplo, reconstitui em sua escrita a formação da Confederação Operária Brasileira (COB) – também cuidadosamente tratada por Rodrigues em seus livros – por meio de um lamento: o predomínio do “visceral preconceito antipolítico” anarquista, predominante no Congresso Operário de 1906, fez com que surgisse “em vez de um partido”, uma central sindical⁸³.

De forma correlata, Dias destaca o “utilitarismo”, o desejo único de enriquecer para voltar à sua terra natal e o desprezo dos trabalhadores imigrantes do começo do século pelos habitantes locais como causa do não surgimento das estratégias de luta parlamentar⁸⁴. “Não seria, portanto, com gente assim que se poderia contar para formar um quadro de proporção eleitoral para disputar um lugar, ao menos, no Congresso Estadual ou mesmo numa Câmara Municipal”⁸⁵.

Para ambos os autores, retrospectivamente o anarquismo colocava-se como proposta primitiva, pouco organizada e “pequeno burguesa”⁸⁶. Para esses militantes marxistas, tudo mudaria, entretanto, como já vimos em Astrojildo Pereira, com as notícias da Revolução Russa: “1917 foi para nós como um arrebol anunciando uma aurora radiosa de redenção, e sob nossos olhos estáticos, surgiram os rostos dramáticos de homens e mulheres do povo russo acompanhando seu guia genial: – Vladimir Ilitch Ulhianov... Lenin!”⁸⁷

Assim como para seu companheiro de partido, a memória construída pela escrita da história de Everardo Dias – por meio de um universalizante “nós” – afirma implicitamente uma mudança completa de posição entre os militantes libertários após 1917 rumo ao leninismo⁸⁸. Em suma, nas memórias desses ex-anarquistas, a fundação do PCB marcaria de antemão um fim natural, uma evolução já esperada, das propostas anarquistas no Brasil.

Edgar Rodrigues esforçar-se-ia aqui mais uma vez, na luta contra o esquecimento do anarquismo, mas por intermédio de uma relação socialmente diferente daquela construída junto ao tema da Lei Adolfo Gordo, na qual medidas de repressão governamental – presentes e do passado – levariam à formação de uma problematização historiográfica e política específica. O que estava em jogo naquela relação era a ameaça real – mais uma vez, no presente e no passado – da aniquilação social do anarquismo pelos governos ditatoriais anteriores, mas, sobretudo, pelo militares do pós-1964.

O conflito de memórias, nas escritas da história, com Astrojildo Pereira e Everardo Dias também tem como pauta o esquecimento social da experiência anarquista nas lutas sociais no Brasil, mas não exatamente sob um risco de aniquilamento total dessa memória. Nenhum dos dois militantes comunistas negou a existência ou a atuação dos anarquistas nos movimentos operários. Eles atribuíram, de fato, significados diferentes para as atuações dos libertários, minimizando sua importância nas lutas sindicais, acusando-os de ingenuidade e incompletude, e criticando a ineficácia de suas propostas, de um modo que, para Edgar Rodrigues, levaria a um obscurecimento e deturpação da memória do anarquismo.

O autor desenvolve esse debate no capítulo “O grande equívoco”, de *Nacionalismo & cultura social*, onde “revela” detalhes da constituição do PCB

que considera fundamentais para a história dos movimentos operários e que Astrojildo Pereira não revelara em seu livro⁸⁹.

Valendo-se de um depoimento dado por Edgard Leuenroth pouco tempo antes de falecer, de informações de Pedro Catalo (que também ouvira antes relatos de Leuenroth sobre os acontecimentos) e pesquisas em um hotel, o Palace Hotel, onde ocorreram os eventos discutidos, Edgar Rodrigues registra a vinda para São Paulo do delegado soviético para a América Latina em 1921⁹⁰. Esse delegado, que se apresentara como Ramison Soubiroff, aparecera na redação do jornal anarquista *A Vanguarda* procurando por Edgard Leuenroth e tinha como missão convidar o anarquista para fundar, organizar e secretariar o Partido Comunista no Brasil – bolchevique, ligado à Terceira Internacional –, além de representá-lo no 3º Congresso de Moscou, a realizar-se no ano seguinte⁹¹.

Soubiroff teria se reunido com Leuenroth no hotel em que estava hospedado, o Palace Hotel, mas o anarquista teria recusado a proposta. Solicitado, então, a indicar outra pessoa para a função, “lembra-se de alguns elementos defensores fanáticos da revolução e do governo de Lenine, e chega até Astrojildo Pereira, de quem era amigo pessoal”⁹². Este aceitou o convite. Edgar Rodrigues conclui em destaque: “Foi, portanto, num quarto do Palace Hotel, na Rua Florêncio de Abreu, 418, em São Paulo, que nasceu o 2º Partido Comunista do Brasil, em meados de 1921”⁹³.

Por que Edgar Rodrigues confere tamanha importância aos pormenores que antecederam o surgimento institucional do PCB (oficialmente fundado em seu primeiro congresso, em Niterói, realizado em 25, 26 e 27 de março de 1922)? Mais do que relatar eventos anedóticos, como simples curiosidades, Rodrigues trata aqueles acontecimentos como problemas lançados ao passado em busca de respostas para algum questionamento sobre seu presente. O capítulo seguinte, “Razões do silêncio”, pode fornecer-nos alguns indícios das problemáticas do autor e seus significados políticos⁹⁴.

“Por que Astrojildo Pereira não fez nenhuma referência ao fato [o encontro com Soubiroff] no seu livro *Formação do PCB*”? Por que Edgard Leuenroth não revelou pela imprensa o encontro?”, questiona Rodrigues⁹⁵. Para essa última questão, o autor formula uma razão mais direta: uma revelação pública por parte de Leuenroth significaria “uma declaração temerária. Um motivo para divergências no seu próprio campo”⁹⁶. Ou seja, os já violentos conflitos entre anarquistas e bolchevistas que se sucederam nos anos seguintes seriam acirrados ainda mais com uma revelação de tal teor.

Para explicar os motivos da atitude de Astrojildo Pereira, Rodrigues formula uma explicação diferente. O militante do PCB,

como todo homem, tinha as suas vaidades pessoais e não revelaria tal

acontecimento com Edgard Leuenroth vivo (e este faleceu depois de Astrojildo). Seu silêncio foi o fruto de ter sido indicado por um ex-camarada, por um anarquista que recusara ser o “fundador-secretário” do partido bolchevista. Se Astrojildo Pereira tivesse sido escolhido pelo delegado soviético Raminson Soubiroff, em vez de indicado por um ex-camarada de quem se tornara oponente ou, pelo menos, se Edgard e Afonso Schmidt tivessem morrido primeiro que ele, por certo, nós teríamos uma versão sobre esse histórico encontro⁹⁷.

Edgar Rodrigues, em sua militância, assim como na coleta, no arquivamento, na divulgação de documentos e na escrita da história, concede grande valor à concretude factual de marcos fundadores e, talvez, poderíamos dizer, “lugares de memória”⁹⁸. O “silêncio” de Astrojildo Pereira quanto à escolha inicial de Edgard Leuenroth para criar o Partido Comunista do Brasil, em razão de seu prestígio como combatente social, seria sentido como mais uma forma de construção do esquecimento da participação dos anarquistas na história das lutas e organizações sociais no Brasil.

As relações sociais e políticas estabelecidas para a construção do esquecimento, entretanto, não são únicas ou homogêneas. O “silêncio” sobre o encontro com Soubiroff também foi mantido por Leuenroth, mas este parece, para Edgar Rodrigues, não significar uma ameaça tão grande à memória e à própria existência social do anarquismo quanto o de Astrojildo Pereira em sua escrita da história. O contraste entre essas relações estaria nas diferenças de comprometimento político e moral de cada um daqueles militantes com as propostas anarquistas, que Rodrigues identifica diretamente com o movimento operário de uma forma mais geral.

O “silêncio” público de Edgard Leuenroth – pois de forma privada ele relatara os eventos em questão para seu filho Germinal – teria como objetivo a manutenção da unidade desse movimento operário, na época ameaçada cada vez mais pelas divergências entre libertários e membros do Partido Comunista. O “silêncio” de Astrojildo Pereira teria como motivação apenas a vaidade pessoal. Apesar de admitir tratar-se de um sentimento natural e humano, Rodrigues acaba por transformar essa espécie de “falha” moral subjetiva – descomprometida com a “verdade” histórica – do indivíduo Astrojildo Pereira em uma característica política geral dos demais militantes do Partido Comunista Brasileiro.

Rodrigues enumera atitudes de outros membros do Partido, em sua visão moralmente impensáveis entre militantes do movimento anarquista, que, por exemplo, “nunca expulsou ninguém de suas fileiras, nem convocou congressos para dirimir divergências pró e contra o nascente PCB”⁹⁹, enquanto aqueles

divertiam-se a polemizar nos sindicatos, a pedir apartes para tumultuar, levantar suspeições sobre as pessoas de alguns de seus ex-camaradas (a imprensa operária da época espelha esse expediente), descendo à violência, como no “Sindicato da Construção Civil”, quando os irmãos Silva, de pistola em punho, tentaram impedir críticas a Moscou; no “Sindicato dos Sapateiros”, à rua José Maurício, de onde carregaram, à noite os móveis e toda documentação, e o atentado de Olger Lacerda contra a vida de Marques da Costa, são alguns episódios lamentáveis e condenáveis¹⁰⁰.

Para além das perseguições do Estado e do “estado de sítio’ permanente do governo Artur Bernardes”¹⁰¹, Edgar Rodrigues atribui a essas ações – moralmente condenáveis e politicamente desastrosas – parte da responsabilidade do enfraquecimento da força combativa do sindicalismo no Brasil na década de 1920. “As brigas e os atentados dos partidários da ditadura do proletariado contra seus ex-camaradas, foram mais prejudiciais do que as investidas policiais”, afirma¹⁰².

As últimas citações foram extraídas da terceira obra de Edgar Rodrigues, *Novos rumos*, sobre a história da experiência anarquista e dos movimentos operários no Brasil. Previsto anteriormente para ser publicado também pela Editora Laemmert, os acontecimentos de 1969 e a censura militar frustraram os planos do autor¹⁰³. *Novos Rumos* só sairia a lume em 1978, graças à breve reativação da Editora Mundo Livre pelos próprios anarquistas do Rio de Janeiro.

Nesse livro, o autor começa discutindo os impactos da fundação do PCB para os movimentos operários e anarquistas¹⁰⁴ – das formas discutidas, quer dizer, pela contraposição de memórias a respeito de sua formação e consolidação –, concluindo ter sido este um elemento contributivo para o declínio de ambos e, no caso do sindicalismo anarquista revolucionário, para sua aniquilação praticamente completa na década de 1930¹⁰⁵.

No que poderíamos considerar um projeto político para o futuro, construído por Edgar Rodrigues e seus companheiros de militância na década de 1970, quando as propostas anarquistas também se encontravam sob profunda repressão da ditadura militar e ainda sem grandes sinais de revitalização, o autor finaliza a linha cronológica desfilada em seu texto, 1946:

Ao final da guerra, com o restabelecimento da democracia no Brasil, os homens de ideias que sobreviveram aos anos e às perseguições, uniram-se em torno do “Centro de Cultura Social”, fundado na rua Rubino de Oliveira (Brás – São Paulo) e um de seus veteranos [Edgard Leuenroth], em abril de 1945, nas páginas de *O Trabalhador Gráfico*, de São Paulo, que se havia

submetido às ordens do DIP, publicava artigo, alertando o proletariado do Brasil, para o 1º de maio, tão distorcido em seu significado¹⁰⁶.

Em seguida, Rodrigues comemora o reaparecimento do periódico anarco-comunista *Remoções*, em outubro de 1945, no Rio de Janeiro, “dezenove dias antes da derrubada da ditadura Vargas”. Ao concluir o livro com esse evento, o autor projeta seu futuro, prevendo para fins de 1970 a reorganização dos anarquistas após o desejado fim da ditadura militar no país: “É o toque de reunir dos libertários que reboia nos ares do Brasil!”¹⁰⁷.

RESUMO

Neste artigo discute-se como as construções de memórias e esquecimento, em especial por meio da escrita da história, são utilizadas ativamente como prática de militância pelas mais diversas correntes políticas. Privilegia-se aqui o estudo sobre o anarquista Edgar Rodrigues e sua atuação como historiador e militante libertário durante a ditadura militar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Memória e esquecimento; Anarquismo no Brasil; Edgar Rodrigues.

ABSTRACT

This article discusses how the construction of memory and forgetting, in particular through the writing of history, are actively used as a practice of militancy for many different political currents. The focus here is the study of the anarchist Edgar Rodrigues and his role as historian and libertarian activist during the military dictatorship in Brazil.

KEYWORDS

Memory and forgetting; Anarchism in Brazil; Edgar Rodrigues.

NOTAS

¹ Doutorando em História na Universidade Federal de Uberlândia. Contato do autor: fabriciomonteiro@bol.com.br.

² PAOLI, M.; SADER, E.; TELLES, V. “Pensando a classe operária: Os operários sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 6, set. 1983, p. 130.

³ PAOLI, M. *et alii*. *Op. cit.*, p. 130. Os trabalhos de Francisco Weffort, de princípios dos anos 1970, são citados pelos autores como fundamentais nessa transformação das análises sociológicas e, acrescento, historiográficas.

⁴ HAUPT, G. “Por que a história do movimento operário?” *História e Perspectivas*. Uber-

lândia, n. 43, jul.-dez. 2010 p. 48. A frase citada por Haupt foi retirada do *Correspondent für Deutschlands Buchdrucker und Schriftgiesser*, de 1871.

⁵ HAUPT, G. *Op. cit.*, p. 49.

⁶ BRANDÃO, O. *Combates e batalhas: Memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977 [a 1ª edição é de 1962] e PEREIRA, A. A formação do PCB. In: *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 39-161 [a 1ª edição é 1962]. Apesar de, por vezes, tornar-se um termo anacrônico, mantereí sempre neste texto a denominação “Partido Comunista Brasileiro” ao referir-me ao PCB, para evitar confusões com o posterior PC do B, surgido em 1962. Tenha-se registrado, entretanto, que, desde a fundação em 1922, o PCB nomeava-se “Partido Comunista do Brasil”, transformando-se em “Partido Comunista Brasileiro” apenas em 1960 para a adequação à legislação eleitoral do país, tendo em vista a possibilidade de legalização.

⁷ Não posso deixar de lembrar que, entre os anarquistas, mesmo antes de Rodrigues, poderíamos também citar, na década de 1960, Edgard Leuenroth como utilizador da escrita da história como militância política (talvez mais precisamente, compilação de textos de caráter histórico) em sua obra *Anarquismo: Roteiro de libertação* (São Paulo; Rio de Janeiro: CCS-SP; Achiamé, s.d. [2008] – a primeira edição é de 1963, pela Editora Mundo Livre).

⁸ Sustentáculos de governo analisados como *tropos* de caráter mitificador por Fernando Rosas. Ver ROSAS, F. “O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise social*. Lisboa, v. XXXV, n. 157, 2011, p. 1031-1054.

⁹ ROSAS, F. *Op. cit.*, p. 1033.

¹⁰ A respeito do sindicalismo revolucionário em Portugal, ver PEREIRA, J. *Sindicalismo revolucionário: A história de uma ideia*. Dissertação (História Contemporânea). Universidade Nova de Lisboa, 2008.

¹¹ RODRIGUES, E. *Lembranças incompletas*. Guarujá: Opúsculo Libertário, 2007, p. 20.

¹² RODRIGUES, E. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

¹³ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 58. A intenção original do autor era que esses livros compusessem três volumes de uma mesma obra, que, assim como a série de artigos originais, seria chamada *A questão social no Brasil*, dando uma continuidade cronológica, de 1675 a 1946, para uma mesma discussão central. *Ibidem*, p. 115.

¹⁶ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 116-117.

¹⁷ *Ibidem*., p. 125-126.

¹⁸ Falo aqui apenas de dois volumes (*Socialismo e sindicalismo no Brasil* e *Nacionalismo & cultura social*) porque, apesar de previsto no contrato para ser lançado pela Laemmert, o terceiro (*Novos rumos*) somente pôde ser publicado posteriormente por iniciativa própria

do autor e de seus companheiros (pela editora Mundo Livre), devido ao fechamento do cerco do governo militar sobre a Laemmert.

¹⁹ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 115-116.

²⁰ *Ibidem*, p. 124.

²¹ CUBERO, J.; MORENO, D. G.; RODRIGUES, E. *Três depoimentos libertários*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d., p. 25.

²² RODRIGUES, E. *Nacionalismo & cultura social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 22.

²³ A respeito da forte atuação anarquista nos meios sindicais na década de 1910, ver, por exemplo: KHOURY, Y. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981; LOPREATO, C. *O espírito da revolta: A greve geral de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000; ADDOR, C. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

²⁴ Ideal Peres, o qual era filho do sapateiro anarquista espanhol Juan Peres, iniciou sua militância em meados de 1940, junto à organização Juventude Anarquista do Rio de Janeiro e também à União Anarquista do Rio de Janeiro, tendo contribuído com *O Archote*. Raul Vital foi responsável pelo mencionado jornal anarquista de Niterói, *O Archote*, nos anos 1940. José Oiticica, anarquista homenageado pelos companheiros ao darem seu nome ao CEPJO, nasceu em 1882 e faleceu em 1957. Poeta e professor, a partir da década de 1910 engajou-se na imprensa operária libertária, participando da organização da greve geral de 1917 e da malfadada insurreição de 1918 (ver ADDOR, C. *Op. cit.*). Foi preso na ocasião em Ilha Rasa e, já na década de 1920, foi novamente encarcerado, dessa vez na Ilha das Flores e Bom Jesus, onde escreveu seu texto mais célebre a respeito do anarquismo, *A doutrina anarquista ao alcance de todos* (1925, publicado posteriormente pela Editora Mundo Livre, mantida pelo próprio CEPJO). Ver OITICICA, J. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. São Paulo: Econômica, 1983.

²⁵ Sobre os eventos envolvendo o CEPJO na visão de Edgar Rodrigues, ver RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 118-130 e RODRIGUES, E. *O anarquismo no banco dos réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.

²⁶ RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 30. Ver mais detalhes da atuação do CEPJO em *Ibidem*, p. 29-32.

²⁷ Em 1933, os anarquistas paulistanos se organizaram também em um “centro de cultura” (o Centro de Cultura Social), cujas atividades eram correlatas às do CEPJO do Rio de Janeiro. Ver, entre outros, AVELINO, N. *Anarquistas: Ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004 e GERALDO, E. “Práticas libertárias do Centro de Cultura Social anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)”. *Cadernos AEL*, n. 8-9, 1998, p. 165-192.

²⁸ Ver esse Estatuto em RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 28-29. A frase citada está em seu Artigo 1º.

²⁹ RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 50.

- ³⁰ Reproduzidos por Edgar Rodrigues em RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 52-86.
- ³¹ INQUÉRITO Policial-Militar (“Relatório”), p. 52. In: RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 52-58.
- ³² *Idem.*
- ³³ PRIMEIRA Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, p. 61. In: RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 59-84.
- ³⁴ INQUÉRITO Policial-Militar (“Relatório”). *Op. cit.*, p. 53.
- ³⁵ PRIMEIRA Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. *Op. cit.*, p. 63 (grifo do original).
- ³⁶ PRIMEIRA Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. *Op. cit.*, p. 62.
- ³⁷ CORRÊA, F. *A militância de Ideal Peres*. Disponível em: <marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/militancia-ideal-peres>, acesso em 20.12.2011.
- ³⁸ Aos interessados, Edgar Rodrigues colocou anexo em seu *O anarquismo no banco dos réus* outro panfleto redigido e divulgado pelo Movimento Estudantil Libertário: *O vergonhoso problema do ensino*. RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 156-159.
- ³⁹ PRIMEIRA Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. *Op. cit.*, p. 62-63 e 70.
- ⁴⁰ CORRÊA, F.. *Op. cit.*.
- ⁴¹ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 119.
- ⁴² RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 122-123. Nessas memórias, o autor afirma que a obra ainda não tinha título na ocasião. Já em depoimento registrado em 1999, menciona o título de *Socialismo e sindicalismo no Brasil 2* (CUBERO, J et alii. s.d. *Op. cit.*, p. 25). De qualquer modo, nosso foco na mudança de problematização do anarquista do segundo em relação ao primeiro livro mantém-se.
- ⁴³ RODRIGUES, E. 1993. *Op. cit.*, p. 51, nota 27.
- ⁴⁴ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 122, 124 e 127.
- ⁴⁵ Que foi produzido apenas seis anos depois pela Editora Mundo Livre, criada e registrada pelos próprios anarquistas então integrantes do CEPJO. Essa nova editora teria sido “esquecida” pela censura militar, o que permitiu a publicação de *Novos rumos* em 1978. RODRIGUES, E. *Novos rumos: Pesquisa social, 1922-1946*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.
- ⁴⁶ Justifico assim porque me utilizei dessa obra de Edgar Rodrigues de forma mais limitada do que as demais: embora de suma importância para a compreensão das práticas militantes de Rodrigues, o livro registra uma memória construída em um período posterior ao delimitado aqui, envolvendo problemas levantados pelo autor para o anarquismo carioca e brasileiro já em um momento pós-ditadura.
- ⁴⁷ “Entendo a história como um compêndio de investigações testadas nas fontes, de verdades provadas cientificamente. E como meus livros enfocam e registram aconte-

cimentos libertários, verdades sociais, culturais e humanas, certamente têm muito de história”, explicitaria Rodrigues em um de seus depoimentos sobre a compreensão geral da história que manteria por toda a vida. CUBERO, J. *et alii*, s.d. *Op. cit.*, p. 33.

⁴⁸ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 20-21 (grifos do original). O livro de denúncia da ditadura portuguesa, como foi mencionado, só seria publicado no Brasil em 1957 pela Editora Germinal: *Na inquisição de Salazar*.

⁴⁹ SEIXAS, J. “Os tempos da memória: (Des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?” *Projeto História*. São Paulo, n. 24, jun. 2002, p. 45.

⁵⁰ SEIXAS, J. “Os campos (in)elásticos da memória: Reflexões sobre a memória histórica”. In: BRESCIANI, M.; BREPOHL, M.; SEIXAS, J. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 70-75.

⁵¹ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, p. 435.

⁵² SEIXAS, J. “Figuras passionais, sentimento morais e cultura política brasileira”. p. 106. In: MACHADO, M; PATRIOTA, R. (Orgs.) *Histórias e historiografias*. Uberlândia: Ed.Ufu, 2003, p. 99-116.

⁵³ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 9-10.

⁵⁴ RODRIGUES, E. 2007. *Op. cit.*, p. 116.

⁵⁵ O texto completo da lei é citado às páginas 169 e 170 (RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*,).

⁵⁶ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 169.

⁵⁷ BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Artigos 1º e 2º.

⁵⁸ SAMIS, A. *Clevelândia: Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Imaginário; Achiamé, 2002, p. 82. Assumindo grande importância também para Edgar Rodrigues, o qual detalha as resoluções, os debates e os participantes do Congresso (RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 114-140).

⁵⁹ Organização existente ainda hoje (reivindicando continuação direta com a COB fundada em 1908) sob orientação anarcossindicalista (ou sindicalista revolucionária: parece não haver distinção de uso dos termos nos comunicados de seus membros atualmente). É ligada à nova Associação Internacional dos Trabalhadores e conta como membros atuais as Federações Operárias de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e os chamados Sindivários, de atuação municipal. Ver ata do mais recente Congresso da organização COB/AIT. “Ata do IV Congresso Operário Brasileiro 28, 29, 30 de janeiro de 2011”. Disponível em <sindivarios.blogspot.com>. Postagem em 19 de fevereiro de 2011, acesso em 20.12.2011.

⁶⁰ GORDO, A. “Discurso pronunciado na sessão de 14 de dezembro de 1912”, p. 3. In GORDO, A. *A expulsão de estrangeiros*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913. Anexo da versão digitalizada por eBooksBrasil, 2006. Disponível em: <ebooksbrasil.org>, acesso em 10.9.2010.

⁶¹ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 40.

⁶² LOPREATO, C. “O espírito das leis: Anarquismo e repressão política no Brasil”. *Verve*. São Paulo, n. 3, 2003, p. 79.

⁶³ BONFÁ, R. *Com ou sem leis: As expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República*. Dissertação (História). Unicamp, 2008. Essa é a problemática central discutida pelo autor em sua pesquisa.

⁶⁴ BONFÁ, R. *Op. cit.*, p. 89.

⁶⁵ BONFÁ, R. *Op. cit.*, p. 58-59.

⁶⁶ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 194-208, 216-246, 300-303.

⁶⁷ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 308-211.

⁶⁸ “O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é o *jus imperii*: não é a lei que o cria, pois que é anterior à lei, e esta regula apenas seu exercício. O direito de expulsão é inerente à soberania nacional e é essencial à segurança e à defesa das nações”. GORDO, A. 29.11.1912. *Op. cit.*, p. 2.

⁶⁹ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 15.

⁷⁰ As relações construídas com o esquecimento da experiência anarquista e a elaboração de memórias sobre a Lei Adolfo Gordo mantiveram-se, dessa forma, também no segundo livro de Rodrigues acerca do anarquismo no Brasil, concentrando-se, sobretudo, na memória sobre a resistência dos anarquistas a ela e, de forma geral, ao nacionalismo, utilizado como seu legitimador. Destacam-se os capítulos “Oposição à Lei Adolfo Gordo” (p. 39-41) e “Campanha em favor de Manuel Campos” (p. 71-76). RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*

⁷¹ DIAS, E. *Op. cit.*, e PEREIRA, A. “A formação do PCB”. [1962] p. 41-161 *In* DIAS e PEREIRA. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁷² DIAS, E. *Op. cit.*, p. 25 e 27.

⁷³ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 12. Astrojildo Pereira nasceu em 1890 em Rio Bonito, RJ. Como jornalista da imprensa operária e anarquista, trabalhou em diversos jornais, como *A Voz do Trabalhador* (periódico da Confederação Operária Brasileira), *Guerra social*, *Spartacus*, *A Plebe* e outros, recorrendo a pseudônimos. Ajudou a organizar o II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, e foi preso diversas vezes a partir de 1918. Com os acontecimentos da Revolução Russa, aproxima-se e passa a defender as propostas marxistas oficiais da III Internacional, com base nas quais ajuda a fundar em 1922 o PCB. Seria preso em 1964 pelo governo militar e faleceria pouco tempo depois, em 1965, com 75 anos.

⁷⁴ PEREIRA, A. *Op. cit.*, p. 41-42.

⁷⁵ A respeito do campo de Clevelândia do Norte, ver SAMIS, A. *Op. cit.*, e ROMANI, C. *Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese (História). Unicamp, 2003. Edgar Rodrigues trata desse assunto de forma mais breve em seu terceiro volume sobre a história da experiência anarquista no Brasil. RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 236-243.

⁷⁶ Alguns nomes destacados são Leôncio Martins Rodrigues, Leôncio Basbaum, Néelson Werneck Sodré, Ronald H. Chilcote, John W. F. Dulles, Octávio Brandão, Paulo Sérgio Pinheiro. RODRIGUES, A. *Astrojildo Pereira: Itinerário de um intelectual engajado*. Tese (História). UERJ, 2010, p. 60. Destes citados, Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum foram também militantes do PCB.

⁷⁷ Conforme foi destacado por A. Rodrigues. *Op. cit.*, p. 62.

⁷⁸ RODRIGUES, E. 1969. *Op. cit.*, p. 14.

⁷⁹ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 402-403. Na obra de Astrojildo Pereira, o trecho citado encontra-se em PEREIRA, A. *Op. cit.*, p. 56-57.

⁸⁰ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 403. De forma geral, 1921 representou para muitos anarquistas de diversos países um grande momento de decepção com a nascente União Soviética. Emma Goldman e Alexander Berkman, anarquistas russos até então emigrados para os EUA, foram deportados desse país de volta à sua terra natal em 1919. Decepcionados, entretanto com as medidas governamentais de Lênin e dos bolcheviques, e já de volta ao “ocidente” em 1921 (Alemanha, inicialmente, depois Inglaterra), iniciariam relatos sobre o caráter ditatorial do regime soviético (ainda na Alemanha, Goldman escreveria uma série de artigos para o jornal estadunidense *New York World*, de Joseph Pulitzer, sobre o que ocorria no país da revolução). Sobre essa viagem, as impressões de Emma Goldman e seu encontro e de Berkman com Lênin, ver GOLDMAN, E. *Living my life*. New York: Penguin Books, 2006. Capítulos LI a LIII.

⁸¹ Trecho citado anteriormente, de RODRIGUES, E. s.d. *Op. cit.*, p. 33.

⁸² PEREIRA, A. *Op. cit.*, p. 42.

⁸³ PEREIRA, A. *Op. cit.*, p. 46.

⁸⁴ DIAS, E. *Op. cit.*, p. 39-40.

⁸⁵ DIAS, E. *Op. cit.*, p. 40.

⁸⁶ DIAS, E. *Op. cit.*, p. 104 e PEREIRA, A. *Op. cit.*, p. 46.

⁸⁷ DIAS, E. *Op. cit.*, p. 36-37.

⁸⁸ DIAS, E. *Op. cit.*, loc. cit.

⁸⁹ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 400-420.

⁹⁰ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 421 e 403.

⁹¹ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 403-404. Rodrigues explica a escolha de Leuenroth por ter sido este “o mais dinâmico agitador dos meios operários, organizador e redator principal de mais de um jornal operário diário, militante de grande pujança, de fluente oratória revolucionária, dono de um dom da palavra arrebatadora de grandes multidões”. RODRIGUES, E. 1972, *Op. cit.*, p. 404.

⁹² RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 404-405.

⁹³ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 405. Grifos do original. O autor refere-se ao “2º Partido Comunista” levando em conta o efêmero agrupamento fundado pelos próprios anar-

quistas em 1919, ainda sob forte influência da crença no caráter libertário da revolução na Rússia. De fato, o funcionamento desse partido pouco tinha de semelhante com um partido político em sentido político-parlamentar de hoje, ou do PCB, sendo sua vertente o comunismo anarquista. Ver o próprio RODRIGUES, E. “O primeiro equívoco”. 1972. *Op. cit.*, p. 234-247.

⁹⁴ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, “Razões do silêncio”, p. 421-422.

⁹⁵ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 422.

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ RODRIGUES, E. 1972. *Op. cit.*, p. 422. Afonso Schmidt, escritor, testemunhara a chegada do delegado soviético e relatara o acontecimento nas crônicas de seu livro *Bom tempo*.

⁹⁸ NORA, P. “Entre história e memória: A problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993, p. 21-28.

⁹⁹ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁰⁰ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 35.

¹⁰¹ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 34-35.

¹⁰² RODRIGUES, E. 1978, p. 36.

¹⁰³ RODRIGUES, E. 2007, p. 154.

¹⁰⁴ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.* “Reflexos dos ‘21 Princípios’”, p. 26-36.

¹⁰⁵ “O Movimento Operário, principalmente o anarcossindicalismo, ferido de morte inúmeras vezes, teve o seu epílogo em 10 de Novembro de 1937, com a implantação do ‘Estado Novo’”. RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 428.

¹⁰⁶ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 432.

¹⁰⁷ RODRIGUES, E. 1978. *Op. cit.*, p. 432.